

Claudio Carneiro

PROCESSO TRIBUTÁRIO Administrativo e Judicial

5ª edição

2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-0650-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Carneiro, Claudio

Processo tributário : administrativo e judicial /
Claudio Carneiro. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva Educação,
2018.1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3.
Processo administrativo tributário 4. Processo judicial
tributário 5. Tributos - Teoria I. Título.

18-0265

CDU 347.9:336.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo tributário : Direito 347.9:336.2

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Iris Ferrão

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marilya Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraiso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Know-How Editorial

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Bartira
Data de fechamento da edição: 14-3-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 601614 CAE 586545

Sumário

<i>Prefácio</i>	19
<i>Apresentação à 2ª edição</i>	21
<i>Nota à 5ª edição</i>	23
<i>Nota à 4ª edição</i>	25
<i>Nota à 3ª edição</i>	27
Capítulo 1 – Aspectos Gerais do Processo Tributário -----	29
1. Introdução	29
2. Processo e procedimento	30
3. Princípios aplicáveis ao processo.	32
3.1. Princípios constitucionais.	33
3.1.1. Princípios relacionados ao direito material tributário	33
3.1.2. Princípios relacionados às garantias fundamentais.	33
3.1.3. Princípios relacionados à Administração Pública	34
3.1.4. Princípios relacionados ao processo	34
3.2. Princípios infraconstitucionais relacionados ao processo	35
3.3. Princípios específicos do Processo Administrativo Fiscal.	36
3.4. Possibilidade de a Fazenda Pública ingressar em juízo para discutir decisão administrativa irreformável.	43
3.5. A revisibilidade do lançamento e seus limites.	44
3.5.1. Limites temporais.	45
3.5.2. Limites objetivos.	45
3.6. Princípios que norteiam o lançamento	46
Capítulo 2 – Processo Administrativo Fiscal -----	55
1. Classificação dos processos administrativos.	55

2. Natureza jurídica do Processo Administrativo Fiscal	56
3. Processo Administrativo Fiscal (PAF)	58
3.1. Competência para regulamentação de normas sobre o PAF	58
3.2. Disciplina normativa	62
3.3. Modalidades do Processo Administrativo Fiscal	63
3.3.1. Processo tributário-administrativo não contencioso	63
3.3.1.1. Consulta administrativa	63
3.3.1.1.1. Efeitos da consulta	67
3.3.1.1.2. Da ineficácia da consulta	68
3.3.1.1.3. Da competência para a solução da consulta	69
3.3.1.1.4. Da solução da consulta	69
3.3.1.1.5. Modelos de Consulta	70
3.3.1.2. Denúncia espontânea	73
3.3.1.2.1. Denúncia espontânea e lançamento por homologação	74
3.3.1.2.2. Denúncia espontânea e obrigação acessória	76
3.3.1.2.3. Denúncia espontânea e parcelamento	78
3.3.1.2.4. Denúncia espontânea e depósito judicial integral dos tributos	81
3.3.1.2.5. Modelo de Denúncia Espontânea	83
3.3.2. Processo tributário administrativo contencioso	85
4. O processo administrativo federal	87
4.1. Unificação das receitas e Lei n. 11.457/2007	88
4.2. Fases do Processo Administrativo Fiscal contencioso no âmbito federal ..	88
4.2.1. Realização de lançamento	92
4.2.1.1. Auto de infração	92
4.2.1.1.1. Da formalização do lançamento	94
4.2.1.2. Lançamento complementar	95
4.2.1.3. Do segundo exame da escrita	96
4.2.1.4. Da competência para efetuar lançamento	96
4.2.2. Impugnação	97
4.2.3. Julgamento em primeira instância	99
4.2.3.1. Da competência	99
4.2.3.2. Do julgamento	100
4.2.4. Recurso voluntário ou de ofício	100

4.2.5. Julgamento em segunda instância	102
4.2.5.1. Do lançamento para impedir a decadência	104
4.2.5.2. Da competência	104
4.2.5.3. Da intimação do procurador da Fazenda Nacional	106
4.2.6. Recurso especial	106
4.2.7. Modelos de Impugnação	109
4.2.8. Modelos de Recurso Voluntário (Área Federal)	113
4.2.9. Modelo de Recurso Especial.	116
4.2.10. Inconstitucionalidade do depósito recursal e do arrolamento administrativo	117
4.3. Outros aspectos do Decreto n. 70.235/72.	120
4.4. A suspensão da fluência dos juros	136
5. O processo administrativo estadual	137
5.1. Avocatória	139
6. O processo administrativo municipal.	140
7. Arrolamento administrativo de bens e direitos	141
8. Arrolamento sumário	144
Capítulo 3 – Processo Judicial Tributário -----	151
1. Breves considerações	151
2. As tutelas provisórias em matéria tributária	151
2.1. Tutela de evidência.	153
2.2. A tutela de urgência	154
2.2.1. Efeitos da sua concessão.	154
2.2.1.1. Efeito suspensivo.	155
2.2.1.2. Suspensão da prescrição	161
2.3. Concessão de medida liminar em mandado de segurança	164
2.4. Efeitos da cassação da liminar	172
2.5. Concessão de tutela provisória em outras ações judiciais	174
2.6. A exigência de caução ou depósito para a concessão da tutela antecipada.	174
2.7. Oferecimento de bens em caução e suspensão da exigibilidade	179
2.8. Possibilidade de concessão de tutela de urgência antes da contestação	185
2.9. Uniformização da disciplina da tutela de urgência.	185
2.10. Possibilidade de concessão de tutela provisória em caráter incidente ou anterior.	186

3. Comentários ao art. 170-A do CTN	187
4. Ações exacionais	188
4.1. Execução fiscal	189
4.1.1. Evolução histórica da cobrança judicial do crédito	189
4.1.2. A execução fiscal e a Lei n. 11.382/2006	190
4.1.3. Principais aspectos da execução fiscal	191
4.1.3.1. Legitimação ativa	192
4.1.3.2. Legitimação passiva e o redirecionamento da execução fiscal	195
4.1.3.2.1. Análise do art. 134 do CTN	196
4.1.3.2.2. Análise do art. 135 do CTN	203
4.1.3.3. Créditos tributários e não tributários	212
4.1.3.4. Inscrição em dívida ativa e recusa de CND	213
4.1.3.5. Termo de inscrição e substituição da CDA	218
4.1.3.6. Cancelamento da inscrição em dívida ativa	219
4.1.3.7. Presunção relativa da regularidade da inscrição	221
4.1.3.8. Garantia prestada por terceiro	222
4.1.3.9. Possibilidade de terceiro nomear bens	223
4.1.3.10. Remição	223
4.1.3.11. Execução por carta	224
4.1.3.12. Prova de fato negativo	225
4.1.3.13. A Lei de Falências e Recuperação Judicial (n. 11.101/2005) ..	226
4.1.3.14. Da penhora <i>on-line</i> e do arresto	229
4.1.3.15. Exceções	233
4.1.3.16. Intimação das partes	233
4.1.3.17. Reunião dos processos e competência para julgamento	235
4.1.3.18. Da citação	236
4.1.3.18.1. Citação pelo correio	240
4.1.3.18.2. Citação do ausente	242
4.1.3.18.3. Hipótese em que o executado não é localizado	242
4.1.3.19. Litisconsórcio e procuradores distintos	245
4.1.3.20. Extinção de execução fiscal de pequeno valor e a autonomia do ente federativo	247
4.1.3.21. Protesto da Certidão de Dívida Ativa	249
4.1.3.22. Prazo prescricional quinquenal para a cobrança de créditos tributários excluídos do Refis	252

4.1.3.23. Nulidade e ausência de suspensão da execução fiscal após a morte de devedor coobrigado	253
4.1.3.24. Interrupção da prescrição retroativa à propositura da execução fiscal	254
4.1.3.25. Processo eletrônico e LEF	257
4.1.4. Participação do Ministério Público na execução fiscal e na ação civil pública em matéria tributária	258
4.1.5. Cobrança de crédito tributário na falência e na recuperação judicial	262
4.2. Medida cautelar fiscal	276
4.2.1. Modelo de Ação Cautelar Fiscal	277
4.2.2. Modelo de Contestação em Ação Cautelar Fiscal	279
5. Ações antiexacionais	281
5.1. Embargos à execução	281
5.1.1. Natureza jurídica dos embargos	284
5.1.2. Efeito suspensivo dos embargos	286
5.1.3. Substituição dos bens, fraude à execução fiscal, sucessão empresarial e a responsabilidade dos sócios	292
5.1.4. Alienação antecipada	299
5.1.5. Edital de arrematação	300
5.1.6. Do lugar do leilão	301
5.1.6.1. Comissão do leiloeiro e demais despesas	302
5.1.6.2. Da hipótese do segundo leilão	302
5.1.6.3. Conceito de preço vil	303
5.1.6.4. Reavaliação dos bens penhorados em execução fiscal	303
5.1.6.5. Validade da arrematação em processo de execução	304
5.1.7. Garantia do juízo e objeção de pré-executividade	304
5.1.8. Avaliação dos bens e a respectiva impugnação	307
5.1.9. Do prazo para oposição dos embargos	308
5.1.10. Impugnação aos embargos	310
5.1.11. Da penhora e do arresto	311
5.1.11.1. A ordem da penhora estabelecida no art. 11 da LEF	312
5.1.11.2. Penhora de títulos da dívida pública	314
5.1.11.3. Da penhora <i>on-line</i> e do registro da penhora	316
5.1.11.4. Da importância da intimação da penhora	317

5.1.11.5. Intimação do cônjuge se a penhora recair sobre bens imóveis.	320
5.1.11.6. Bem de família e a regra da impenhorabilidade	321
5.1.12. Embargos de terceiro e adquirente de boa-fé	323
5.1.13. Desistência dos embargos e honorários	324
5.1.14. Embargos e garantia parcial.	325
5.1.15. Modelo de Embargos à Execução	326
5.2. Objeção de pré-executividade ou exceção de pré-executividade	328
5.2.1. Conceito	328
5.2.2. Origem e surgimento da exceção de pré-executividade.	330
5.2.3. Aspectos processuais.	332
5.2.4. Honorários e sucumbência	335
5.2.5. Modelo de Objeção de Pré-executividade.	338
5.3. Mandado de segurança individual.	340
5.3.1. Histórico e disciplina normativa	340
5.3.2. A discussão quanto ao mandado de segurança “preventivo”, “repressivo” e “contra lei em tese”.	343
5.3.3. Impossibilidade de dilação probatória	346
5.3.4. Objeto e cabimento	347
5.3.5. Hipóteses de impossibilidade do mandado de segurança e principais súmulas do STF e do STJ	350
5.3.6. Prazo	352
5.3.7. Legitimação.	354
5.3.7.1. Legitimação ativa	354
5.3.7.2. Legitimação passiva	354
5.3.7.2.1. Autoridade coatora	357
5.3.8. Liminar	363
5.3.8.1. Natureza da liminar em mandado de segurança.	365
5.3.8.2. Vedação para a concessão de liminar.	365
5.3.8.3. Liminar e depósito	366
5.3.8.4. Liminar em mandado de segurança preventivo e possibilidade de lançamento.	368
5.3.8.5. Suspensão da liminar e suspensão de segurança.	369
5.3.8.6. Da decisão que conceder ou denegar a medida liminar e da sentença	371

5.3.8.7. Liminar e compensação de tributos.	373
5.3.9. Efeitos (suspensivo e devolutivo) e coisa julgada	376
5.3.10. Análise da Súmula 239 do STF.	378
5.3.11. Tabela comparativa entre a lei antiga e a atual.	379
5.3.12. Modelo de Petição Inicial de Mandado de Segurança	389
5.4. Mandado de segurança coletivo.	391
5.5. Ação cautelar.	393
5.5.1. Ação cautelar de caução	394
5.6. Ação monitória	395
5.7. Ação de consignação em pagamento	396
5.7.1. Fundamento legal	396
5.7.2. Cabimento	397
5.7.3. Legitimação ativa e passiva	402
5.7.4. Efeitos	404
5.7.5. Hipótese de consignação administrativa	405
5.7.6. Alguns julgados sobre o tema	406
5.7.7. Modelo de Ação de Consignação em Pagamento	407
5.8. Ação declaratória	409
5.8.1. Objeto	410
5.8.2. Distinção entre a ação declaratória negativa e a constitutiva negativa	412
5.8.3. Legitimação.	412
5.8.4. Execução da sentença declaratória	413
5.8.5. Efeitos da coisa julgada na ação declaratória	414
5.8.6. Consequências da ação declaratória no processo administrativo	416
5.8.7. Julgados sobre o tema	417
5.8.8. Valor da causa	418
5.8.9. Modelo de Ação Declaratória	418
5.9. Ação anulatória.	421
5.9.1. Objeto	422
5.9.2. Ação anulatória “clássica” e a ação anulatória do art. 169 do CTN.	422
5.9.3. Legitimidade	423
5.9.4. O depósito integral como pressuposto de admissibilidade da ação anulatória.	424

5.9.5. Distinção entre a consignação e o depósito na ação anulatória	425
5.9.6. Possibilidade de conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal	426
5.9.7. Prescrição	430
5.9.8. Julgados sobre o tema	431
5.9.9. Modelo de Ação Anulatória	432
5.10. Ação de repetição de indébito	434
5.10.1. Objeto	435
5.10.2. Formas de repetir o indébito	437
5.10.3. Repetição de indébito e compensação	439
5.10.4. Distinção entre a compensação no Direito Civil e no Direito Tributário	441
5.10.5. Compensação entre tributo e multa	446
5.10.6. A repetição de indébito e o sistema do precatório em matéria tributária	446
5.10.7. Legitimação	455
5.10.7.1. Ativa	455
5.10.7.2. Passiva	461
5.10.8. Prescrição e a extinção da “Tese dos 5 + 5”	463
5.10.9. Repetição de tributos inconstitucionais	466
5.10.10. Valor da restituição	467
5.10.11. Efeitos da sentença	472
5.10.12. Requisitos para a devolução	473
5.10.13. Comentários ao art. 170-A do CTN	474
5.10.14. Comentários ao art. 169 do CTN	475
5.10.15. Modelo de Ação de Repetição de Indébito	477
6. Ação rescisória	479
6.1. Análise da Súmula 343 do STF	482
6.2. Do prazo	490
7. Juizados Especiais de Fazenda Pública e Juizado Especial Federal	492
7.1. Modelo de Petição Junto ao Juizado Especial Federal	500
Capítulo 4 – Ações Constitucionais e a Uniformização da Jurisprudência--	503
1. Introdução	503
2. Ação civil pública	504
3. Mandado de segurança	506

4. Mandado de injunção e <i>habeas data</i>	506
5. Ação popular	507
6. O controle de constitucionalidade no Brasil	510
6.1. Formas de inconstitucionalidade	510
6.2. Formas de controle	510
6.3. Espécies	510
6.4. Natureza da decisão	514
7. A súmula vinculante do STF	515
Capítulo 5 – Prescrição e Decadência -----	519
1. Breves considerações	519
2. Decadência	521
2.1. Regra geral: art. 173, I, do CTN	521
2.2. Art. 173, II, do CTN	523
2.3. Art. 173, parágrafo único, do CTN	524
2.4. Art. 150, § 4º, do CTN	525
2.4.1. Não ocorrendo pagamento	526
2.4.2. Ocorrendo pagamento antecipado	526
2.4.3. Quando houver dolo, fraude e simulação	527
3. Prescrição	528
3.1. Suspensão e interrupção da prescrição	530
3.2. A prescrição intercorrente no Direito Tributário	532
<i>Referências Bibliográficas</i>	537
ANEXOS -----	543
I. Quadros sinóticos de elaboração de peças processuais: questões processuais importantes	543
II. Modelos de Recursos	559
1. Agravo de Instrumento	559
1.1. Petição ao juízo <i>a quo</i> informando da interposição do Agravo de Instrumento	560
2. Embargos Declaratórios	561
3. Apelação	562
4. Recurso Especial	564
5. Recurso Extraordinário	566